



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Educação e Política Social

Educação brasileira: a privatização sob a regência do capital fictício¹

Resumo:

O objetivo do trabalho é apresentar algumas tendências da privatização da educação no contexto da crescente mercantilização e vinculação com as formas fictícias do capital. Trata-se de análise predominantemente teórica, com referencial teórico marxista e, em que se intersecciona contribuições dos campos da educação e da economia. Destacamos três dimensões essenciais para compreender a fase mais recente da privatização da educação: a centralidade do capital fictício, os movimentos de concentração e centralização de capitais, e as disputas pelos fundos públicos. Nas considerações finais, apontamos que a predominância da financeirização em grande parte do setor educacional brasileiro representa um desenvolvimento da lógica da acumulação capitalista contemporânea.

Palavras-chave: Capital fictício; Educação; Financeirização; Privatização.

Brazilian education: privatization under the rule of fictitious capital

Abstract:

This study aims to present some trends that have characterized the privatization of education in the context of increasing commodification and linkage with the forms of fictitious capital. It is a predominantly theoretical analysis, with Marxism as the theoretical reference, and that intersects contributions from education and economics fields. We emphasize three essential dimensions to understanding the most recent phase of the privatization of education: the centrality of fictitious capital, movements of concentration and centralization of capital, disputes over public funds. In the final considerations, we point out that the predominance of financialization in much of the Brazilian educational sector represents a development of the logic of contemporary capitalist accumulation.

Keywords: Fictitious capital; Education; Financialization; Privatization.

Introdução

A tendência global de privatização da educação vem sendo discutida por diversos autores no campo educacional, além de estudos que interseccionam análises sobre a educação, as políticas sociais e suas determinações econômicas². Em diálogo com as vertentes críticas dessa produção e com os estudos que se dedicam à análise teórica marxista da fase contemporânea da acumulação capitalista, destacamos três dimensões que consideramos essenciais para compreender a fase mais recente da privatização da educação. São elas: a centralidade do capital fictício, os movimentos de concentração e centralização de capitais, e as disputas pelos fundos públicos.

¹ Algumas ideias contidas neste trabalho foram previamente apresentadas em Autores (2018).

² Autores discutem a privatização da educação sob diferentes perspectivas. Destacamos Dale (1994), Belfield e Levin (2002), Ball e Youdell (2007), Robertson e Verger (2012).

Em artigo anterior (AUTORES, 2018) apontamos o Estado como agente fundamental que viabiliza, ao capital, modos para se acumular e se concentrar. Portanto, não compreendemos a privatização da educação numa ótica jurídico-formal, como mero deslocamento entre as “fronteiras” do que público/estatal e a privado/não estatal.

Na fase contemporânea do modo de produção capitalista observa-se, ademais, um movimento de reversão de conquistas e direitos sociais; um processo veiculado por um arcabouço ideológico que procura se legitimar exigindo a “redução” do Estado e o consequente aumento da margem de controle e regulação desses espaços pela lógica capitalista. Com a minimização das funções públicas do Estado, abre-se caminho para o fortalecimento da sua dimensão repressiva e coercitiva (HARVEY, 2012, p. 87).

Para proteger as corporações privadas e seus interesses, o Estado enfrenta a pobreza e as formas de manifestação da “questão social” numa perspectiva crescente de criminalização³. A violência suscitada pela reestruturação é, simultaneamente, física, simbólica e política; as lutas sociais passam a ser decididas de acordo com os interesses voláteis do capital *finaceirizado*, cabendo ao Estado atuar com a agressividade necessária para garantir a acumulação (AUTOR II, 2018a, p. 295, grifos do original).

Na mesma direção, Paulani (2008) assevera que estamos numa fase de “acumulação por espoliação” em que se unem o poder do dinheiro e o poder estatal, que sempre participa do processo de acumulação direta ou indiretamente.

1. Predominância do capital fictício na fase contemporânea do capitalismo

Para Gomes (2015a, p. 18), a crise atual foi gerada pela “redução da rentabilidade do capital produtivo e a busca por compensar a perda de oportunidades de valorização, pela via da especulação”⁴. Trata-se de desarranjos econômicos que atingiram diferentes países e que, depois de três décadas, foram agravados quantitativa e qualitativamente, sobretudo após 2008, com a eclosão da crise desencadeada no mercado imobiliário dos Estados Unidos (HERRERA, 2015).

³ Tal processo é denominado por alguns autores como despolitização da “questão social” (OLIVEIRA, 2007; MONTAÑO, 2008; PINASSI, 2011; NETTO, 2013).

⁴ Segundo Marx (1991), existe uma tendência gradual de queda na taxa média de lucro, pois o desenvolvimento das forças produtivas, sob o modo de produção capitalista, tende a reduzir o dispêndio de capital naquilo que é o elemento gerador de valor (e mais-valia): a força de trabalho. Esta é, entretanto, uma tendência e, como tal, sujeita à observação na concretude histórica. Ademais, a análise da realidade apresenta fatores de contra tendência à lei, sendo o investimento no setor financeiro um deles. Para mais informações, ver o livro III d’O Capital, em especial os capítulos 13, 14 e 15.

O que difere a atual etapa da acumulação capitalista não são as questões relacionadas à globalização ou às consequências da reestruturação produtiva; sua especificidade está na dominação do capital especulativo parasitário sobre todas as outras formas de capital (GOMES, 2015a, p. 14-15).

Diversos autores⁵ têm se dedicado à análise dos recentes processos de crise e daquilo que alguns denominam financeirização. Em nosso entendimento, para compreendê-los é primordial recorrer à categoria marxiana capital fictício.⁶ Evidentemente, as ideias de Marx acerca dessa temática não estavam “concluídas” e muitas mudanças ocorreram desde a sua época, mas é certo que o autor nos deixou um legado teórico essencial para a apreensão dos movimentos fictícios do capital.

No livro III d’O Capital, Marx aborda a evolução do sistema de crédito capitalista em relação com o capital portador de juros⁷. No início, o capital-dinheiro se apresenta como um empréstimo realizado por um prestamista a um capitalista individual, que precisa de capital para reinvestir na produção. Logo, o valor de uso do dinheiro, além de ser dinheiro, é o de funcionar como capital, ou seja, apropriar-se de uma parcela do valor já produzido socialmente. Nessa operação, o retorno do capital “não parece mais resultar do processo de produção e tudo se passa como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma dinheiro” (MARX, s/d, p. 403). O capital portador de juros, portanto, funciona como uma mercadoria cujo valor de uso é produzir mais-valia – para quem o possui e para quem o toma emprestado. O proprietário desse capital não perde sua propriedade, sendo, por isso, o “ponto de chegada” do processo de valorização: não há compra nem venda convencionais. Portanto, no caso do capital portador de juros, Marx reiterara que o seu elemento distintivo estava na “forma externa do retorno, dissociada do ciclo mediador” (MARX, s/d, p. 401), gerando a ilusão de que dinheiro produz dinheiro e que o lucro desse prestamista era proveniente de mero contrato jurídico estabelecido entre ambos, mas não da produção. Tem-se aí o ápice do fetichismo (MARX, s/d, p. 403).

Depois de estabelecida a forma do capital portador de juros, e desenvolvido o sistema financeiro (concentração do capital-dinheiro; expedição de títulos de

⁵ Dentre eles, Foster (2007), Duménil e Lévy (2011), Harvey (2013), Shaikh (2011), Carcanholo e Sabadini (2009).

⁶ Para discussão mais aprofundada, recomendamos a leitura de Marx (1991), bem como de estudiosos contemporâneos, como Prado (2014) e aqueles reunidos em Gomes (2015).

⁷ Distintas edições d’O Capital traduzem termos importantes da obra de diferentes formas. As edições aqui mais usadas, como as da editora Civilização Brasileira (Marx, s/d; Marx, 1991), adotam a expressão capital produtor de juros. A despeito disso, elegemos a utilização da tradução capital portador de juros, presentes nas edições das editoras Nova Cultural e Boitempo.

propriedade sobre ganhos que, num momento inicial, estão vinculados a atividades reais e concretas), as circulações de capital-dinheiro podem se ampliar de modo que ultrapasse sua conexão com a base material, originando o que Marx denomina existência fictícia. Criam-se situações (no âmbito da circulação) que deixam ainda mais efêmera a percepção da real conexão existente entre o processo efetivo de valorização do capital e as formas de títulos e papéis que conferem direitos sobre parcelas desses ganhos. O capital é fictício pois, em grande medida, não tem existência efetiva; portanto pode circular sem que sua lógica de valorização dependa necessariamente daquela efetuada na produção real.

Carcanholo e Sabadini (2009, p. 43) asseveram, entretanto, que o capital fictício surge como consequência do capital portador de juros, mas ambos são distintos:

[...] o capital a juros não pode ser confundido com o capital fictício que gera. Aquele corresponde a uma riqueza real que foi produzida sob a forma de excedente; este último é puramente fictício do ponto de vista global. O capital fictício gerado nessas condições é como o ‘reflexo em um espelho’ do capital a juros. São dois capitais diferentes: um é real e o outro submetido à dialética real/fictícia.

Segundo os autores, o capital fictício transforma seu caráter ao migrar-se de polo dominado a polo dominante, por isso o denominam capital especulativo parasitário, e chamam a atual fase desse modo de produção, de capitalismo especulativo. A esta fase corresponde, também, uma nova forma: a dos lucros fictícios. Também são analisados dialeticamente: do ponto de vista individual, são reais, mas, na totalidade, não tem realidade substantiva porque não advêm do excedente-valor gerado pelo trabalho. Tais lucros “[...] são pura ‘fumaça’”. Da mesma maneira que apareceram como mágica, da noite para o dia, podem desaparecer a qualquer momento, em razão das oscilações especulativas dos valores dos ativos” (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p. 50).

Os *lucros fictícios*, completam Carcanholo e Sabadini (2009), surgem como estratégia de contra tendência à queda da taxa de lucro, porém não se sustentam para a continuidade da acumulação capitalista sem que haja um incremento adicional da exploração do trabalho. Isto é, para que setores onde não se produz o valor, como o financeiro, conservem sua dinâmica de ampliação, é preciso que os limites da exploração da força de trabalho, onde se produz efetivamente o valor, também o sejam.

A reestruturação capitalista constitui uma expressão dessas tentativas de retomada dos níveis de acumulação adquiridos nos anos do pós-guerra, via ampliação das “formas fictícias do capital”. Nesse contexto, ocorreu um aumento do “fluxo internacional de capitais para as economias onde [as] condições eram mais favoráveis,

com destaque para a taxa de exploração da força de trabalho elevada” (MARQUES; NAKATANI, 2013, p. 65). A economia brasileira sofreu consequências intensas: ampliou-se a heterogeneidade estrutural de nossa base produtiva, modificando a inserção das classes e frações de classes locais na dinâmica do novo padrão de acumulação capitalista em escala global.

Mesmo com liberalização econômica e financeira tardia, nos anos 1990, o Brasil se transformou num dos principais destinos do capital internacional, cuja entrada após o Plano Real passou a ser concentrada principalmente no setor de serviços (MARQUES; NAKATANI, 2013, p. 73-76). Nos governos FHC, Lula e Dilma preponderou uma orientação macroeconômica semelhante; setores que podiam ser capturados pelos capitais internacionais sofreram as maiores consequências e, nesse sentido, à neoliberalização do país foi adicionado um processo de desnacionalização e de desindustrialização. Era a ideia de que o país “pegaria o bonde da história pela via do comércio exterior”:

Mas o Brasil entrou no bonde da história por outra porta e transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias que correm. Em seu papel, juntamente com sua função de produzir bens de baixo valor agregado e, de preferência, com a utilização de mais-valia absoluta [...] completa a caracterização da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho do capitalismo contemporâneo. (PAULANI, 2008, p. 131-132).

É evidente que esta forma de inserção na economia mundial no contexto da predominância do capital fictício não aconteceu isenta de conflitos, mas foi preponderante o suficiente para gerar, ao final, uma aceleração e um aprofundamento das relações de dependência, estruturais à nossa condição periférica. Aconteceram mudanças pontuais entre os governos brasileiros, porém não desautorizaram medidas governamentais estratégicas para flexibilizar o capital: desregulamentação dos mercados, sobretudo o financeiro; desterritorialização da produção; ataque aos sindicatos; redução e privatização parcial de sistemas de seguridade social, de empresas e serviços estatais. Os serviços sociais tornaram-se grandes oportunidades de acumulação (PAULANI, 2008; NETTO; BRAZ, 2009) e organismos internacionais (Banco Mundial, OCDE e FMI) contribuíram para disseminar propostas privatistas para a educação (ROBERTSON; VERGER, 2012).

No campo educacional brasileiro esse processo ocorre via formação de grandes conglomerados, com envolvimento direto do setor financeiro. Vale lembrar que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) autorizou às empresas

educacionais a entrada em mercado de ações, e que, ademais, a existência de instituições com fins lucrativos tem respaldo legal (SGUISSARDI, 2015, p. 871).

A relação entre as atividades educativas e o capital fictício é observável pela presença dos fundos *private equity* e pela abertura de capital das empresas da área (CARVALHO, 2013, p. 770). As primeiras ofertas públicas iniciais (*Ipo*) são de 2007 e, desde então, têm prosperado na educação brasileira. À *Reuters*, banqueiros disseram que as *Ipo*, junto às fusões e aquisições, constituem estratégias viáveis para captação de recursos no âmbito educacional (PARRA-BERNAL, SCHINCARIOL, 2013). Além disso, Sguissardi (2015, p. 870) destacou que o setor da educação foi o mais lucrativo na Bovespa em 2014; as empresas Kroton e Estácio tiveram, à época, uma valorização de 314% e 240,97%, respectivamente.

Essas novas estratégias de captação de recursos, por meio de formas fictícias de capital, aumentam consideravelmente o potencial dos negócios e, por isso, da rentabilidade relacionada à área educacional. Um dos grandes impactos disso é o processo de concentração e centralização dos capitais, que abordaremos a seguir.

2. Processos de concentração e centralização no âmbito educacional

Adotamos os conceitos de concentração e centralização tal qual formulados por Marx. Ambos os processos são complementares. O primeiro refere-se ao aumento de capitais individuais e de capitalistas; o segundo relaciona-se a uma redistribuição dos capitais que já existem, independente da ampliação do volume do capital social.

Na fase contemporânea da acumulação capitalista, o capital está mais concentrado do que em qualquer outro período; concentração reforçada pelo processo de centralização mediante fusões/aquisições (CHESNAIS, 1997). Netto e Braz (2009, p. 224) indicam que, nesse contexto, outra dimensão é afetada, a do poder político:

[...] em consequência dessa concentração e centralização, os grupos monopolistas (ancorados em organizações que se tornaram corporações megaempresariais) desenvolveram interações novas [...], nas quais a concorrência e a parceria encontram mecanismos de articulação que lhes asseguram um poder decisório especial. No topo dessas articulações, figura um restrito círculo de homens (e umas poucas mulheres) que constitui uma nova oligarquia, concentradora de um enorme poder econômico e político.

Segundo os autores, esses grupos atuam via *lobbies* e tomam decisões que afetam a vida de bilhões de homens e mulheres, “sem qualquer conhecimento ou participação destes” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 225). O grande capital instrumentaliza,

também, a ação dos organismos internacionais, ditando aos Estados – principalmente os periféricos – os denominados “ajustes estruturais”, que vão de diretrizes macroeconômicas até reformas educacionais.

Nesse contexto geral, vem acontecendo o que alguns autores nomeiam tendência de oligopolização do ensino superior brasileiro (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2005; SGUISSARDI, 2008, 2015; OLIVEIRA, 2009; CHAVES 2010). É um processo de concentração/centralização, caracterizado por aquisições e fusões, criando grandes conglomerados. Dados sistematizados pela Hoper Educação apontam essa evidência:

Há 13 anos, os 20 maiores grupos educacionais detinham em torno de 14% do mercado, em relação ao total de alunos. Em 2015, estimamos que os 12 principais grupos educacionais concentram 43,9% da quantidade de matrículas em cursos de graduação (Presencial e EaD) e Pós-graduação (HOPER EDUCAÇÃO, 2016, p. 102).

Se diferenciarmos as atividades presenciais e à distância, a situação torna-se mais evidente: das 92 instituições privadas, as 22 consideradas de grande porte concentravam 93% das matrículas no EaD. Pesquisa da FGV sobre as “S.A.” no mercado do ES mostrou que as diversas formas de realizar o EaD “são amplamente dominadas pelo setor privado e majoritariamente pelos grupos de capital aberto”; justamente por serem grupos capitalizados, conseguem investir na utilização da tecnologia como forma de redução dos custos (CALEFFI; MATHIAS, 2017, p. 78).

Em 2017, o Cade reprovou a fusão entre Kroton e Estácio com a justificativa de que a operação geraria “vários níveis de concentração, inclusive com a formação de monopólios” (MARTELLO, 2017). Não à toa, as empresas desse setor passaram a investir também na educação básica, vide a recente aquisição da Somos Educação, autodeclarado maior grupo de educação básica brasileira, pela Kroton (CUNHA, 2018).

No caso da educação básica, a concentração e a centralização já existiam, mesmo que em menor dimensão quando comparado ao ensino superior. Adrião (2011), Cassiano (2013), Pinheiro (2014) e Autor I (2016) apresentaram tal tendência, com ênfase nas políticas destinadas à oferta de materiais didáticos. A Somos Educação constitui o caso mais emblemático: desde que abriu seu capital, em 2011, a companhia adquiriu, até o ano de 2015, mais de 25 marcas (AUTOR I, 2016).

Há outros fatores políticos que contribuíram para a criação dos conglomerados. Ressaltamos as negociações da Rodada Uruguai, que resultou na formação, em 1995, da OMC e do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS),

acordo que tinha o objetivo de liberar progressivamente os serviços. O Brasil não aderiu à proposta de abrir seu setor educacional, porém, pouco fez para barrar a ampliação do setor privado com fins lucrativos, legitimando (também por omissão) as fusões/aquisições e a listagem de grupos educacionais em bolsa de valores (TASQUETTO, 2016). Segue o mesmo caminho o acordo sobre o comércio internacional de serviços, que vem sendo discutido por 50 países desde 2012. O Tisa (*Trade in Services Agreement*) busca ampliar a desregulação e a liberalização do comércio, ignorando as normas e regulações estatais em benefício das corporações. Em 2016, o Brasil aderiu a negociação (AUTOR I, 2016).

3. Disputas pelos recursos públicos

As disputas que envolvem o fundo público no âmbito educacional, num contexto de preponderância do capital fictício, não acontecem de modo simples. Por esse motivo, conforme afirmado inicialmente, consideramos restrita a compreensão de que tais disputas e os modos de apropriação que dela derivam, representariam mero deslocamento da “fronteira” entre a educação pública/estatal e a privada/não estatal.

A reforma do Estado, ocorrida na década de 1990, impulsionou essa disputa também no campo ideológico, motivo do sistemático questionamento de determinadas identidades instituídas, especialmente aquela entre Estado e público. Consideramo-la manipulação ideológica, que trata Estado, sociedade civil e mercado como “setores” distintos, escamoteando o fato de que, em cada um deles, estão presentes as contradições entre interesses públicos e privados (MONTAÑO, 2008, p. 38). O impacto político mais drástico dessa disputa foi a de fomentar a ideia de que o Estado não é o setor mais apropriado para exercer funções públicas, mas o é o denominado “terceiro setor” – em verdade o privado habilitado para usar recursos públicos como meio para a acumulação –; nas palavras da reforma, o chamado público não estatal.

O progressivo desmonte dos serviços públicos instituídos e/ou referendados pela Constituição de 1988 constitui, portanto, uma alteração estratégica operacionalizada pela Reforma do Estado. Para Fontes (2010, p.273), o plano de responsabilizar o Estado por todos os problemas objetivava “gerenciar de maneira privada, concorrencial e lucrativa, políticas públicas voltadas para a maioria da população”. Sob o ponto de vista político e ideológico, não se negava as desigualdades, mas elas eram “justificadas” pela suposta má gestão estatal. A adesão da mídia foi decisiva para auxiliar na legitimação dessas ideias.

No âmbito econômico, a mudança no padrão de alocação dos recursos públicos torna dominante o seu uso regressivo, ou seja, destinam-se quantias cada vez maiores do fundo arrecadado para remunerar as formas fictícias de capital. Esse processo de espoliação de parte da riqueza nacional é apresentado, pela ideologia dominante, sob o eufemismo do “ajuste fiscal” ou da busca pelo “superávit primário”. A economia política do acúmulo desses superávits é essencial para que o Estado remunere os capitais nacionais e internacionais investidos na lógica da acumulação parasitária, tendo como contrapartida mais forte a redução sistemática dos recursos alocados em políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 166-168).

As consequências para as áreas sociais são diretas e profundas e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016⁸ é o principal exemplo dessa lógica hegemônica em anos recentes. Frações da classe burguesa têm atuado ativamente em órgãos decisórios (conselhos, secretarias ou até mesmo Ministério da Educação e Congresso Nacional), com intuito de influenciar na agenda educacional. Também contam com apoio da mídia, de Ongs, de fundações e de institutos privados para legitimar suas propostas (FREITAS, 2014).

As disputas envolvendo a elaboração do Plano Nacional de Educação (2014-2024) foram intensas, e frações da classe burguesa instituíram, em grande medida, estratégias de médio e longo prazo que implicam (implicarão, caso o plano seja de fato implementado) maiores chances de angariar recursos públicos o setor privado.⁹ Autores como Neves (2002) e Rodrigues (2007) qualificam essas frações de classes atuantes em áreas sociais como uma “nova burguesia de serviços”. Em outras palavras, uma fração da burguesia se transforma em “setor parasitário privilegiado do processo de reforma do Estado e dos padrões de acumulação vigentes”, relação baseada na redefinição de prioridades políticas e de destinação do recurso público (AUTOR II, 2014, p. 285).

Para ilustrar essa ideia destacamos que as duas maiores companhias brasileiras atuantes no ensino superior (Kroton) e na educação básica (Somos Educação) têm em comum o fato de que grande parte de suas receitas advém do fundo público. Em 2014, o Fies respondia por 44% da receita da Kroton, correspondendo a cerca de 50,3% de “exposição” ao programa nas matrículas presenciais (HOPER, 2016, p. 111)¹⁰; já as

⁸ Institui “novo regime fiscal”, que, dentre outros impactos, prevê o congelamento de até 20 anos nos gastos destinados às políticas sociais.

⁹ Para uma leitura desse movimento na Educação Superior, ver Autor II (2018).

¹⁰ Somente a Kroton possuía, em 2014, 18,1% de todas as matrículas vinculadas ao Fies.

políticas de aquisição de materiais didáticos¹¹ correspondiam a 61% da receita da Somos (AUTOR I, 2016).

Sobre as mudanças estabelecidas no Fies, em 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2017, p. 35-36) revela outra dimensão da relação entre o setor privado de ensino superior e os fundos públicos:

[...] uma vez que o corte na oferta de contratos novos no Fies não foi acompanhado de redução semelhante do número de ingressantes, pode-se supor que uma parcela significativa de potenciais contratantes do Fies estava apta a ingressar na educação superior privada sem o aporte do financiamento estudantil, e que as regras de contratação do Fies, vigentes no período 2010-2014, suscitarão a ocorrência de um efeito crowding-out, uma vez que ofereciam financiamento com taxa de juros mais baixa que a rentabilidade do mercado financeiro, inclusive a da caderneta de poupança. Com isso, parcela significativa dos estudantes teria optado pelo contrato junto ao Fies ao longo desse período, mesmo dispondo de capacidade financeira para arcar com o pagamento das mensalidades escolares.

As informações apresentadas permitem concluir que o Fies também funcionava como uma maneira de “trocar” o pagamento regular das mensalidades pelo financiamento a baixo custo proposto pelo programa, em evidente benefício das instituições.

Além desse movimento, a Kroton comprou a Somos Educação em 2018, comprovando a recente estratégia dessa companhia: expandir sua atuação para a educação básica, uma vez que as matrículas no ensino superior mostram tendência de estagnação e os contratos com o Fies estão caindo. Na educação básica, por sua vez, as políticas de provimento de materiais didáticos estão acelerando, principalmente após a homologação, em 2018, da Base Nacional Comum Curricular.

Considerações finais

Faz-se necessária a realização de críticas aos processos de financeirização da educação, entretanto, é preciso atentar ao equívoco apontado por Prado (2014) naquilo que denomina “tese canônica”¹² sobre a financeirização, que tem influenciado os debates na área econômica. De acordo com o autor, ao hierarquizar os capitais (produtivo x improdutivo; industrial x financeiro; normal x disfuncional) perde-se o ponto de vista da

¹¹ Referimo-nos ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cuja presença da Somos Educação é majoritária, ao menos desde 2010, e à política de adoção de Sistemas Privados de Ensino, em que a Somos atua com nove diferentes marcas.

¹² Refere-se às ideias de François Chesnais.

totalidade do capital enquanto forma social dominante; para ele “as diferentes formas do capital portador de juros devem ser apresentadas como diferenciações constitutivas da totalidade do capital, as quais têm funcionalidades próprias na organização das relações capitalistas de dominação” (PRADO, 2014, p. 22-23). Considerar que determinados capitais têm legitimidade – outros não – na apropriação de excedente é uma crítica superficial.

No caso da educação, é preciso compreender que a predominância das formas fictícias de capital não sugere uma maneira “pior” de acumulação que domina as atividades educativas e disputa os recursos públicos. Na realidade, refere-se ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista; as formas se transformam, mas sua natureza social, enquanto capital, continua a mesma.

Há, entretanto, elementos novos: a maneira pela qual a centralidade do setor financeiro se apresenta ao campo educacional, impondo-lhe controles e dinâmicas cujo centro irradiador é externo e regulado globalmente nos grandes mercados financeiros. A educação, nesse contexto, constitui meio – como qualquer mercadoria – para a realização de lucros capitalistas. Com o processo de financeirização expande-se o montante de capitais disponíveis para ser adiantado às atividades no mercado educacional. Como resultado vê-se uma dupla sobreposição do interesse privado sobre a educação: as empresas educacionais possuem, em suas atividades, um meio para a obtenção de lucros; seus investidores do setor financeiro, também. Ambos participam da divisão da mais-valia produzida socialmente (AUTOR I, 2016). O aparato estatal é importante nesse processo, mesmo com a defesa neoliberal por sua diminuição. Políticas financiadas pelo fundo público, como Fies, Prouni, Pronatec e PNLD, são mecanismos essenciais para a garantia da rentabilidade das empresas privadas e de seus acionistas.

A privatização da educação na fase contemporânea do capitalismo é, portanto, de natureza complexa. Outra dimensão há de ser considerada, a da disputa pelo controle das instituições educativas, pois os interesses burgueses referentes à escola estão baseados numa dupla dimensão que envolve, dialeticamente, os conteúdos do ensino – valorativo, cultural e ideológico –, por um lado, e a preparação para o trabalho, por outro.¹³

Embora a educação contemporânea esteja permeada por uma maior abrangência do capital – inclusive em suas formas fictícias –, como em qualquer esfera

¹³ Não aprofundamos, neste trabalho, as questões relacionadas a dimensão formativa da educação. Entretanto, é necessário ressaltar que diversas frações da burguesia apresentam projetos distintos para a área, não sendo correto reduzir o interesse privado somente ao *negócio educacional*.

da atividade humana, ela não está condenada para sempre aos interesses da acumulação capitalista. Há resistência e lutas contra hegemônicas (greves, ocupações, lutas sindicais, formação de coletivos de professores/as e estudantes), tornando o cenário aberto e contraditório.

Referências:

AUTOR I, 2016.

AUTOR II, 2014.

AUTOR II, 2018.

AUTOR II, 2018a.

AUTORES, 2018.

ADRIÃO, T. (Coord.). **Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local**. 2011. 109 p. Relatório de Pesquisa – Unicamp.

BALL, S.; YOUDELL, D. Hidden privatization in public education. *Education International: 5th World Congress*, July 2007.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 2.

BELFIELD, C.; LEVIN, H. **Education privatization: causes, consequences and planning implications**. Paris: Unesco, 2002.

CALEFFI, P.; MATHIAS, A. **Universidade S. A.: as companhias de capital aberto da educação superior no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.

CARVALHO, C. H. A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, jul.-set. 2013, p. 761-776.

CASSIANO, C. F. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional**. SP: Editora Unesp, 2013.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010.

CHESNAIS, F. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

CUNHA, J. Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica. **Folha de S. Paulo**, Mercado, 17 jun. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/conglomerados-do-ensino-superior-avancam-sobre-a-educacao-basica.shtml>>. Acesso em: 13 set. 2018.

DALE, R. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 2. p. 109-139, 1994.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The crisis of early 21st century**: a critical review of alternative interpretations. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>. Acesso em: out. 2014.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, J. B. The Financialization of Capitalism. **Monthly Review**, 58, 11; p. 1-12, apr. 2007.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez. 2014.

GOMES, H. (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras expressões, 2015.

_____. Introdução. In: _____. (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. SP: Outras expressões, 2015a, p. 13-29.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERRERA, R. Prefácio: o capital fictício no centro da crise. In: GOMES, H. (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras expressões, 2015.

HOPER EDUCAÇÃO. **Análise setorial da educação superior privada – Brasil**. [Paulo Presse (Org.)]. Foz do Iguaçu, PR, jun. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise – n. 25. Brasília, DF: IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31656&Itemid=9>. Acesso em: 08 out. 2018.

MARQUES, R.; NAKATANI, P. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 65-78, jan.-abr. 2013.

MARTELLO, A. Cade reprova compra da Estácio pela Kroton Educacional. **G1**, Economia, 28 jun. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/cade-reprova-compra-da-estacio-pela-kroton-educacional.ghtml>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3: o processo global de produção capitalista. v. 4. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3: o processo global de produção capitalista. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

MONTAÑO, C. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: o papel político-ideológico do “terceiro setor”. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Org.). **Público e privado na educação**: novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. p. 27-49.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 5. ed. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. **Novos Rumos**, Marília, v. 50, n. 1, jan.-jun. 2013.

NEVES, L. M. W. (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PARRA-BERNAL, G.; SCHINCARIOL, J. Brazil education sector to boost bankers' dealflow. **Reuters**, Business, Sep. 4, 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-brazil-education-finance-idUSBRE9830EH20130904#YsPvVccwPzYr8LAQ.97>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

PAULANI, L. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PINASSI, M. O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25/26, p. 105-120, 2. sem. 2010 e 1. sem. 2011.

PINHEIRO, D. **Educação sob controle do capital financeiro**: o caso do Programa Nacional do Livro Didático. 2014. 128p. Dissertação de mestrado – Faculdade de Educação da UFRJ.

PRADO, E. Exame crítico da teoria da financeirização. **Crítica marxista**, Campinas, n. 39, p. 13-34, 2014.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

_____. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, v. 29/105, p. 991-1022, 2008.

SHAIKH, A. La primera gran depresión del siglo XXI. **Sinpermiso**, n.9, s/p, jul. 2011.

SILVA JUNIOR, J.R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil, ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 5-27, maio-ago. 2005.

TASQUETTO, L. S. Comercialização da educação superior: a definição das posições negociadoras entre o regulador educacional e o negociador comercial. In: PEIXOTO, M. G. **O capital global na educação brasileira**. SP: Anita Garibaldi, 2016. p. 57-76.

Anais do 7º Encontro Internacional de Política social e 14º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X